

HABEAS CORPUS Nº 548.781 - SP (2019/0357736-8)

RELATOR : **MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR**
IMPETRANTE : JONY HEBER DA SILVA
ADVOGADO : JONY HEBER DA SILVA - SP426885
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : ALYNE CATARINA GONÇALVES DE SOUZA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

EMENTA

HABEAS CORPUS. EXECUÇÃO PENAL. FALTA GRAVE (FUGA). REGRESSÃO DE REGIME. DECISÃO MONOCRÁTICA DE RELATOR DO TRIBUNAL DE ORIGEM QUE DENEGOU LIMINARMENTE A ORDEM. NÃO ESGOTAMENTO DAS INSTÂNCIAS ORDINÁRIAS. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA.

Habeas corpus indeferido liminarmente.

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido liminar impetrado em favor de **Alyne Catarina Gonçalves de Souza**, apontando-se como autoridade coatora o Tribunal de Justiça de São Paulo (HC n. 2247480-92.2019.8.26.0000).

Narram os autos que a paciente foi condenada a 6 anos de reclusão, em regime inicial semiaberto, pela prática do crime de tráfico de drogas. O Juízo da Vara de Execuções Criminais, em razão da prática de falta grave (fuga) pela paciente, determinou a regressão para o regime fechado e a perda de 1/3 dos dias remidos.

A defesa impetrou *writ*, na origem, o qual foi liminarmente indeferido pelo Desembargador Edison Brandão.

Neste *mandamus*, o impetrante alega que, em apertada síntese, com o trânsito em julgado da sentença que condenou a paciente a cumprir pena no regime semiaberto, não pode ela regredir para um regime mais gravoso.

Requer, inclusive em liminar, a *imediata remoção da paciente a estabelecimento penal adequado a seu atual estágio de inicial cumprimento de pena, ou na ausência de vagas, seu aguardo provisório em regime aberto, tendo em vista o lapso temporal já aguardado pela paciente após a "NOVA" condenação proferida pela*

Superior Tribunal de Justiça

respeitável JUÍZA da 1ª VARA DAS EXECUÇÕES CRIMINAIS DE TAUBATÉ/SP (fl. 23).

É o relatório.

O *writ* não comporta seguimento.

A concessão de liminar em *habeas corpus* é medida de caráter excepcional, cabível apenas quando a decisão impugnada estiver eivada de ilegalidade flagrante.

Contudo, como se vê do relatório acima, o impetrante não esgotou as instâncias ordinárias, tendo em vista que não interpôs agravo contra a decisão monocrática que indeferiu liminarmente a ordem.

Assim, a questão deduzida nestes autos deverá ser apreciada pela Corte de origem, sob pena de supressão de instância.

Nesse sentido, tem-se o seguinte precedente: AgRg no HC n. 217.245/RJ, Ministro Gilson Dipp, Quinta Turma, DJe 14/10/2011.

Ante o exposto, **indefiro liminarmente** a inicial.

Publique-se.

Brasília, 28 de novembro de 2019.

Ministro Sebastião Reis Júnior
Relator